

PARECER Nº 24/2015

PROJETO DE LEI Nº 12/2015

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

RELATOR VEREADOR ALBERTO MUNIZ

RELATÓRIO

De autoria do Prefeito, o projeto de lei em epígrafe cria cargo no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal.

Visa a proposição criar, no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, 1 (um) “cargo” de Fonoaudiólogo, cujos vencimentos, atribuições e requisitos para preenchimento constam do seu Anexo Único.

Publicada, a proposição foi distribuída às Comissões de Legislação, Justiça e de Redação; de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Administração Pública.

Vem a matéria, preliminarmente, a esta Comissão para receber parecer quanto à sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, conforme dispõe o art. 168, combinado com o art. 88, II, “b”, do Regimento Interno.

Em apartada síntese, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

No plano da competência legislativa, a proposição não contém vício, pois trata de assunto de interesse do Município, em conformidade com a autonomia que a forma federativa lhe garante, não se

encontrando entre aquelas matérias que se inserem no domínio de competência da União ou do Estado.

Ademais, não vislumbramos óbice quanto à iniciativa, porquanto o impulso de matérias de tal natureza é da competência exclusiva do Prefeito, nos termos do art. 58, inciso I, da Lei Orgânica.

No plano jurídico-constitucional, o que se pretende de fato, por meio do presente projeto, é a criação de função temporária (impropriamente denominada no texto de “cargo”) a ser exercida no postos de saúde do Município.

Tal conclusão resulta do fato de que a contratação deste profissional se fará pelo Núcleo de Apoio ao Programa Saúde da Família (NASF), programa do Governo Federal, que é executado no Município por meio de servidores temporários. Vale registrar que a autorização para criação deste programa, no município de Arinos, deu-se pela Lei Municipal nº 1.417, de 24 de maio de 2013.

De fato, os cargos públicos são criados por lei e seu provimento se dá em caráter de livre nomeação ou mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma do inciso II do art. 37 da Constituição da República.

Já as funções públicas são destinadas a prover situações temporárias, com fundamento no inciso IX do mencionado art. 37, e é nesse sentido, portanto, que a matéria deve ser compreendida.

Desse modo, para sanar os vícios na técnica legislativa da proposição em exame, proponho o Substitutivo nº 1.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, concluo pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade do Projeto de Lei nº 12, de 2015, na forma do Substitutivo nº 1, parte integrante deste parecer.

Sala das Reuniões, 11 de maio de 2015.

Vereador ALBERTO MUNIZ

Relator

PROJETO DE LEI Nº 12/2015.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Cria, no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, a função temporária de Fonoaudiólogo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARINOS – Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 88, IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada, no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, 01 (uma) função temporária de Fonoaudiólogo.

Art. 2º. As atribuições, a remuneração e a carga horária semanal da função temporária criada por esta Lei, bem como a escolaridade e habilitação exigidas para o seu exercício, constam no Anexo Único desta Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de maio de 2015.

Vereador ALBERTO MUNIZ

ANEXO ÚNICO

Secretaria Municipal de Saúde			
FUNÇÃO	Nº VAGAS	REMUNERAÇÃO R\$	CARGA HORÁRIA Semanal
Fonoaudiólogo	01	2.500,00	40 horas

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DA FUNÇÃO

DENOMINAÇÃO: FONOAUDIÓLOGO

ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO

Nível Superior em Fonoaudiologia + Registro no Conselho Competente

ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO

Realizar diagnósticos, com levantamento dos problemas de saúde, que requeiram ações de prevenção de deficiências e das necessidades em termos de reabilitação, na área adstrita às ESF; desenvolver ações de promoção e proteção à saúde em conjunto com as ESF, incluindo aspectos físicos e da comunicação, como consciência e cuidado com o corpo, postura, saúde auditiva e vocal, hábitos orais, controle do ruído, com vistas ao autocuidado; desenvolver ações conjuntas com as ESF visando ao acompanhamento das crianças que apresentam riscos para alterações no desenvolvimento; acolher os usuários que requeiram cuidados de reabilitação, realizando orientações, atendimentos, acompanhamento, de acordo com a Necessidade dos usuários e a capacidade instalada das ESF; desenvolver projetos e ações intersetoriais, para a inclusão e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência; realizar ações que facilitam a inclusão escolar, no trabalho ou social de pessoas com deficiência.